

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.326 - MT (2019/0265041-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DE PRECEDENTES
RECORRENTE : ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADOR : RAQUEL CASONATTO - MT0107980
RECORRIDO : LOURDES ARAUJO DE SANTANA
ADVOGADO : JOÃO ACÁSSIO MUNIZ JÚNIOR - MT008872
INTERES. : LUCINEY SILVA PEREIRA COMERCIO

DESPACHO

Vistos etc.

Conforme destaquei às e-STJ, fls. 195-196, este recurso especial foi admitido pela Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso sob fundamento de que o órgão colegiado deixou de exercer o juízo de retratação previsto no inciso I do art. 1.040 do Código de Processo Civil para adequar o julgamento proferido ao **Tema repetitivo n. 290** (REsp n. 1.141.990/PR, relator Ministro Luiz Fux).

Em exame perfunctório, em razão da atribuição restrita do Presidente da Comissão Gestora de Precedentes, identifico – no acórdão proferido pelo Tribunal de origem, que manteve entendimento diverso do referido tema repetitivo – possível hipótese de superação do precedente apta a justificar a tramitação deste recurso como representativo da controvérsia, nos termos da parte final do art. 1.041 do Código de Processo Civil.

Nesse sentido, impõe-se a este recurso a adoção do rito estabelecido pelos arts. 256 ao 256-D do Regimento Interno do STJ, que estabelecem atribuições ao Presidente do STJ para despachar, antes da distribuição, em recursos indicados pelos tribunais de origem como representativos da controvérsia (RRC). Atribuições essas delegadas ao Presidente da Comissão Gestora de Precedentes mediante a Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017.

Quanto a esse ponto, a análise dos RRCs pelo Presidente da Comissão Gestora de Precedentes deve ser restrita aos limites regimentais, de forma que,

Superior Tribunal de Justiça

após a distribuição, o ministro relator possa se debruçar sobre a proposta de afetação do processo ao rito dos repetitivos **no prazo de 60 dias úteis (RISTJ, art. 256-E)** a fim de:

a) rejeitar, de maneira fundamentada, a indicação do recurso especial como representativo da controvérsia (inciso I);

b) propor à Corte Especial ou à Seção, conforme o caso, a afetação do recurso para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos (inciso II).

Feito esse breve registro, passo à análise precária formal do presente recurso qualificado como **representativo da controvérsia**.

A Procuradoria-Geral da República, por meio do parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República José Bonifácio Borges de Andrada, manifesta-se pela admissibilidade do recurso especial como representativo da controvérsia.

Em análise superficial do processo, **plenamente passível de revisão pelo relator destes autos**, entendo preenchidos os requisitos formais previstos no art. 256 do Regimento Interno do STJ, de acordo com o parecer do Ministério Público Federal.

Para melhor delimitação da matéria de direito veiculada nestes autos, transcrevo os seguintes trechos do voto condutor do acórdão recorrido que bem ilustram os motivos para a manutenção do julgado em dissintonia da tese fixada no Tema repetitivo n. 290/STJ (e-STJ, fls. 165-166, sem destaques no original):

Como dito alhures a Vice-Presidência remeteu os autos, para um possível Juízo de Retratação, tendo como recurso paradigma o julgamento do Tema 290/STJ, em que analisou a fraude à execução fiscal, diante da boa-fé do terceiro adquirente em face da inexistência de registro de penhora do bem alienado.

Contudo, o entendimento ilustrado pela Vice-Presidência encontra-se superado (overruling), posto que no julgamento do REsp 956.943/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/08/2014, DJe 01/12/2014), foram firmadas as seguintes premissas em relação à caracterização da fraude de execução na alienação de bens imóveis: (I) presume-se fraude de execução na

Superior Tribunal de Justiça

venda de bens quando sobre eles tiver sido ajuizada ação fundada em direito real ou quando, ao tempo da alienação ou oneração, tiver sido ajuizada contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência; (II) considera-se ajuizada a ação, para efeitos de presunção, da fraude de execução, pela existência de petição inicial distribuída ou despachada pelo Juiz e devidamente cadastrada no distribuidor, de maneira a constar das certidões por ele expedidas; (III) a averbação da penhora na matrícula do imóvel gera presunção absoluta de que a alienação do bem se deu em fraude de execução; (IV) há presunção relativa da má-fé do terceiro adquirente na aquisição de imóvel em fraude de execução, de sorte que recai sobre ele o ônus de provar que não tinha conhecimento da existência de ação capaz de reduzi-lo à insolvência ou de constrição sobre o bem adquirido; (V) há presunção relativa da má-fé do devedor -executado na alienação de imóvel em fraude de execução, de sorte que recai sobre ele o ônus de provar que não tinha conhecimento da existência de ação capaz de reduzi-lo à insolvência ou de constrição sobre o bem alienado; (VI) a prova de desconhecimento quanto à existência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência ou de constrição sobre o imóvel se faz mediante apresentação de pesquisas realizadas nos distribuidores, por ocasião da celebração da compra e venda, abrangendo as comarcas de localização do bem e de residência do alienante nos últimos 05 anos, restando assim ementado: [...]

Como se observa, a justificativa utilizada pelo Tribunal de origem para não exercer o juízo de retratação e adequar o seu julgamento ao que decidido no Tema repetitivo n. 290 é a de superação do precedente firmado pela Primeira Seção do STJ ante o julgamento proferido pela Corte Especial no Recurso Especial n. 956.943/PR, relator para acórdão Ministro João Otávio de Noronha, DJe 01/12/2014, em que foram firmadas outras premissas em relação à caracterização da fraude de execução na alienação de bens móveis.

Nesse sentido, o fundamento fático ou jurídico que possibilita a superação do precedente firmado no julgamento de recurso repetitivo, consoante parte final do art. 1.041 do CPC, por si só pode, a critério do relator neste Tribunal Superior, justificar o processamento do recurso sob o rito dos recursos repetitivos, seja para o STJ: a) **reafirmar** o entendimento e a sua aplicabilidade ao caso em questão; b) **esclarecer** se os casos são diferentes, firmando novo precedente qualificado; ou c) **revisar** o seu precedente.

Superior Tribunal de Justiça

Decorre dos deveres impostos pelo art. 926 do Código de Processo Civil de estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência a observância dos princípios da igualdade frente ao direito, e não somente à lei, e da segurança jurídica, ainda mais em se tratando de julgamento proferido sob o rito dos recursos repetitivos, precedente qualificado de estrita observância pelos juízes e tribunais nos termos do art. 121-A do RISTJ e do art. 927 do CPC.

Por fim, em relação ao potencial de multiplicidade da questão jurídica veiculada neste recurso, é provável que a quantidade de processos com fundamento em idêntica questão desta controvérsia se assemelhe à do Tema repetitivo n. 290, o que, a princípio, justifica a afetação da matéria ao rito dos recursos repetitivos, podendo essa iniciativa evitar decisões divergentes nas instâncias de origem e o envio desnecessário de recursos especiais e/ou agravos em recursos especiais ao Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento na parte final do *caput* do art. 1.041 e no art. 256-D do RISTJ, c/c o inciso I do art. 2º da Portaria STJ/GP n. 299 de 19 de julho de 2017, **distribua-se** este recurso por prevenção ao REsp n. 1.141.990/PR (2009/0099809-0).

Para possibilitar a afetação de dois recursos ao rito dos repetitivos, ressalto que destaquei o Recurso Especial n. 1.837.906/PR para tramitar na condição de representativo da controvérsia, juntamente com este processo, tendo em vista a identificação nele, na origem, de hipótese de distinção do precedente firmado no citado Tema repetitivo n. 290.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes - Portaria STJ 299/2017